

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Milena Maria de Oliveira

A INTEGRAÇÃO REGIONAL ASIÁTICA: A ÁSIA COMO PALCO DE DISPUTAS
DE PODER ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS

UBERLÂNDIA - MG

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Milena Maria de Oliveira

**A INTEGRAÇÃO REGIONAL ASIÁTICA: A ÁSIA COMO PALCO DE DISPUTAS
DE PODER ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada no curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Erwin Pádua Xavier

UBERLÂNDIA - MG

2023

Milena Maria de Oliveira

**A INTEGRAÇÃO REGIONAL ASIÁTICA: A ÁSIA COMO PALCO DE DISPUTAS
DE PODER ENTRE CHINA E ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, 21 de junho de 2023.

Prof. Erwin Pádua Xavier (Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Aparecida Cardozo

RESUMO

Atualmente, o mundo é marcado pela disputa entre Estados Unidos e China pela hegemonia mundial. As duas potências possuem grandes capacidades econômicas e geopolíticas, além de alta relevância e presença global, o que permite que sejam o contrabalanço equivalente uma da outra. Ao longo de décadas de disputa, ambos construíram a consciência de que, para se estabelecer como o único capaz de ditar os rumos da geopolítica global, é preciso ser relevante, ter presença ativa e capacidade de influenciar a região mais importante do mundo atual: a Ásia. Para atingir esse objetivo, vão utilizar de uma ferramenta antiga das relações internacionais, que se demonstrou bastante eficaz no passado: a criação e fortalecimento de arranjos que promovem integração regional asiática.

A partir dessa premissa, o presente trabalho tem como objetivo entender como os EUA e China utilizam a integração regional asiática em suas disputas de poder. Em primeiro momento, iremos explorar a evolução dos movimentos de integração regional após o fim da Segunda Guerra Mundial e o avanço das denominadas ondas do regionalismo. A seguir, iremos voltar nossos olhos para a Ásia, entendendo como o regionalismo se deu na região e o papel da China no aumento do grau de integração regional na área no final do século XX. Logo após, entraremos nas disputas entre EUA e China, entendendo a complexa relação entre os dois países a partir da Guerra Fria e o que contribuiu para que os chineses se tornassem os únicos capazes de disputar a liderança global contra os norte-americanos. E por fim, iremos explorar o status atual da disputa entre as duas potências, com foco em dois casos práticos de arranjos que promovem integração comercial regional na Ásia-Pacífico, a TPP (que foi liderada pelos EUA) e a RCEP (que é liderada pela China).

Palavras Chave: Integração regional; Regionalismo; China; EUA; Ásia-Pacífico; RCEP; TPP.

ABSTRACT

Currently, the world is marked by the dispute between the United States and China for world hegemony. The two powers have great economic and geopolitical capabilities, as well as high relevance and global presence, which allows them to be the equivalent counterbalance of each other. Over decades of dispute, both built the awareness that, in order to establish itself as the only one capable of dictating the course of global geopolitics, it is necessary to be relevant, have an active presence and the ability to influence the most important region in the world today: Asia. To achieve this objective, they will use an old tool of international relations, which has proven to be quite effective in the past: the creation and strengthening of arrangements that promote Asian regional integration.

Based on this premise, the present work aims to understand how the US and China use Asian regional integration in their power disputes. First, we will explore the evolution of regional integration movements after the end of World War II and the advance of the so-called waves of regionalism. Next, we will turn our eyes to Asia, understanding how regionalism took place in the region and China's role in increasing the degree of regional integration in the area in the late 20th century. Soon after, we will enter the disputes between the US and China, understanding the complex relationship between the two countries since the Cold War and what contributed to the Chinese becoming the only ones capable of disputing global leadership against the Americans. Finally, we will explore the current status of the dispute between the two powers, focusing on two practical cases of arrangements that promote regional trade integration in Asia-Pacific, the TPP (which was led by the USA) and the RCEP (which is led by China).

Key Words: Regional integration; Regionalism; China; US; Asia-Pacific; RCEP; TPP.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa com países-membros da TPP até 2017.....	40
FIGURA 2 - Mapa com países-membros da CPTPP.....	42
FIGURA 3 - Mapa com países-membros da RCEP.....	43
FIGURA 4 - Mapa com países que estão em negociação para a criação da IPEF.....	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Alguns dos principais arranjos que promovem integração regional ao redor do mundo.....	14
TABELA 2 - Evolução dos acordos comerciais na Ásia.....	24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AECL	Associação Europeia de Comércio Livre
AFTA	Acordo de Livre Comércio da ASEAN
ALALC	Associação Latino Americana de Livre Comércio
ALADI	Associação Latino Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANZCERTA	Acordo Comercial sobre Relações Econômicas entre Austrália e Nova Zelândia
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
APTA	Acordo Comercial Ásia-Pacífico
ARF	Fórum Regional da ASEAN
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ASEAN+3	ASEAN, Japão, Coreia do Sul e China
ASEAN+6	ASEAN+3, Índia, Austrália e Nova Zelândia
ASEAN+8	ASEAN+6, EUA e Rússia
ASEM	Asia-Europe Meeting
BENELUX	União Econômica Benelux
BSEC	Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro
CAN	Comunidade Andina
CAO	Comunidade da África Oriental
CARICOM	Comunidade do Caribe
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CE	Comunidade Européia
CEA	Comunidade Econômica da ASEAN
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CEMAC	Comunidade Econômica e Monetária da África Central
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do Sahel-Saara
CEPGL	Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos
CoE	Conselho da Europa

COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CPTPP	Acordo Progressivo e Abrangente para a Parceria Transpacífica
CUSFTA	Acordo de Livre Comércio Canadá-EUA
EAC	Comunidade do Leste Asiático
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTAAP	Área de Livre Comércio na Ásia-Pacífico
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IPEF	Estrutura Econômica Indo-Pacífico para Prosperidade
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCS	Organização para Cooperação de Xangai
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEC	Organização de Cooperação Econômica
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P4 / TPSEP	Acordo de Parceria Econômica Estratégica Transpacífica
PCC	Partido Comunista Chinês
PECC	Conselho de Cooperação Econômica do Pacífico
RCEP	Parceria Econômica Abrangente Regional
SAARC	Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAFTA	Acordo de Livre Comércio do Sul da Ásia
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
TPP	Parceria Transpacífico
UA	União Africana
UAAA	União Aduaneira da África Austral
UE	União Européia
UEE	União Econômica Eurasiática
UEMOA	União Econômica e Monetária do Oeste Africano

UMA	União do Magrebe Árabe
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USTR	Office of the United States Trade Representative
V4	Grupo de Visegrado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O REGIONALISMO.....	14
2.1 A DEFINIÇÃO DO REGIONALISMO.....	17
2.2 AS ONDAS DO REGIONALISMO.....	18
3 O NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO.....	22
3.1 OS IMPULSIONADORES DO NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO E O PAPEL DA CHINA.....	25
4 AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE OS EUA E A CHINA, E O USO DO REGIONALISMO ASIÁTICO COMO FERRAMENTA PARA ELEVAÇÃO DO SEU STATUS GLOBAL.....	28
4.1 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE OS EUA E A CHINA.....	30
4.2 AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE OS EUA E A CHINA.....	35
4.3 A TPP E A RCEP: UM PANORAMA RECENTE DO USO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL ASIÁTICA NAS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE OS CHINA E A EUA.....	38
5 CONCLUSÃO.....	46
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados presenciaram grandes mudanças no modo em que se davam as relações dentro do sistema internacional. O mundo adentrou uma nova fase ditada pela globalização econômica, que trouxe novas características e desafios para países. Nesse período, em resposta a esse novo sistema e aos seus desafios, as relações entre Estados atingiram um novo patamar: passaram assim a realizar diversos movimentos de integração regional, criando acordos, tratados e instituições de diversas naturezas de modo a cooperarem entre si, atingindo objetivos que possuíam tanto em comum, como individualmente.

É verdade que alguns movimentos de integração regional já existiam antes mesmo dessa nova fase, mas o que chamou atenção nesse período foi a gama de acordos, tratados e instituições criados, os vários escopos que abrangiam e vários níveis de institucionalidade, como também o número de países envolvidos. A cada onda de regionalismo, o processo envolvia cada vez mais regiões e atores, desenvolvia características ainda mais complexas e moldava o mundo. As consequências das ondas do regionalismo e dos vários movimentos de integração regional passaram a ser tão significativos que se tornaram fundamentais para entender as relações entre Estados que se desenharam na segunda metade do século passado e no mundo como conhecemos hoje.

Foi também no mundo pós Segunda Guerra Mundial que testemunhamos o surgimento de duas disputas não simultâneas pela hegemonia global. A primeira surgiu logo após o fim do último conflito mundial e foi definida pela guerra geopolítica e ideológica entre EUA e URSS. Já a segunda, que se arrasta até os dias de hoje, teve seu início por volta do final do século XX e é marcada pela ascensão econômica e aumento da importância geopolítica da China, que passou a representar grandes desafios para a hegemonia norte-americana.

Nas duas disputas hegemônicas citadas, os concorrentes entenderam que quanto mais presença e influência tivessem nas várias regiões do mundo, mais chances possuíam de ditar as regras do sistema internacional. A partir dessa premissa, uma das formas mais eficientes que encontraram para estender a sua influência e firmar a sua presença nas regiões desejadas foi através da promoção da integração regional.

Dadas essas reflexões iniciais, o problema de pesquisa desse trabalho é: como a integração regional asiática é utilizada contemporaneamente como ferramenta para as disputas de poder entre EUA e China? Com essa pergunta em mente, o objetivo da pesquisa é buscar compreender como os dois países utilizam de processos de integração regional para sustentar

a sua presença e influência na Ásia, de modo a conter o avanço do outro e se sobressair na disputa hegemônica que travam.

A nossa hipótese vai na direção de que dentre as várias regiões do mundo, a que mais foi e ainda é alvo das disputas hegemônicas é a Ásia. Ao longo dos anos, o continente asiático vem se apresentando cada vez mais como uma das regiões mais promissoras do planeta em termos econômicos, populacionais, geográficos, culturais, políticos etc. Por ser uma região rica e extremamente dinâmica, a Ásia possui grande capacidade em definir a maneira como se dão as relações econômicas mundiais. A partir disso, é possível afirmar que a Ásia possui capacidade em definir os rumos da competição hegemônica, dando capacidade de ditar as normas do mundo para aquele que possui maior domínio sobre ela. Sendo assim, a região é peça-chave para os norte-americanos e chineses em sua disputa pelo poder mundial.

Ambos, EUA e China, compreendem o grande potencial da Ásia. Então, para expandir a sua influência na região, passaram a criar e a liderar uma série de arranjos que promovem algum grau de integração regional asiático em vários escopos (econômico, político, segurança, técnico etc). Essa integração permite que os dois países permaneçam ativos e relevantes na Ásia, contribuindo para que um contenha os avanços do outro, além de fortalecer suas posições no mundo.

Para explorar essas questões, iremos estruturar o trabalho da seguinte forma: no segundo e próximo capítulo, vamos explorar mais o regionalismo de modo a entender como o processo se deu após o fim da Segunda Guerra Mundial. A seguir, no terceiro capítulo, entraremos na região foco deste trabalho, a Ásia. Buscaremos compreender como se deu o processo do regionalismo asiático entre o final do século XX e o início do século XXI, explorando os motivadores e impulsionadores dos movimentos de integração regional na região e o papel da China nessa onda do regionalismo presenciada pelos asiáticos.

No quarto capítulo adentraremos mais a disputa hegemônica atual entre China e EUA. Em primeiro momento, exploraremos o início das relações entre os dois países no contexto da Guerra Fria, examinando os objetivos de cada um por trás do estabelecimento dessa relação, destacando o papel dos EUA na ascensão econômica chinesa. Depois, entraremos no século XXI, analisando o avanço das relações entre os EUA e China e suas disputas pela hegemonia, enfocando nos movimentos que cada país realiza na Ásia para sustentar e aprofundar sua presença regional região e conter os avanços do outro.

Por fim, analisaremos dois casos práticos do uso da integração regional como maneira de assegurar a presença e influência na Ásia. O primeiro é a Parceria Transpacífica (TPP), que era liderada pelos EUA até 2017, e o segundo é a Parceria Econômica Global Abrangente

(RCEP), que é liderada pela China até hoje. Nessa análise, buscaremos entender como os dois grandes acordos comerciais são utilizados para conter o progresso chinês e americano na Ásia e as implicações dos dois arranjos no avanço da disputa hegemônica, e conseqüentemente, para o mundo.

2 O REGIONALISMO

O mundo altamente integrado que conhecemos hoje é resultado de décadas de movimentos que promoveram e ainda promovem a integração regional entre Estados e sociedades. Atualmente, pode-se dizer que praticamente todos os países do mundo são integrantes de alguma instituição, acordo e/ou arranjo que fomente a integração em vários escopos (como econômico, político, securitário, entre outros). Esse aumento no número e aprofundamento dos movimentos de integração regional passaram a ser observados após o fim da Segunda Guerra Mundial e vinham cada vez mais redefinindo o modo como as relações entre os países se davam no plano internacional. E foi nesse contexto que o mundo testemunhou o surgimento das ondas do regionalismo.

De modo a ilustrar o avanço da integração regional, na Tabela 1 estão citados alguns dos principais arranjos que promovem algum grau de integração no mundo separados por região.

TABELA 1 - Alguns dos principais arranjos que promovem integração regional ao redor do mundo

Região	Arranjos de integração regional
América	OEA (1948)
	NAFTA (1994)
	SICA (1991)
	MCCA (1960)
	CARICOM (1973)
	CAN (1969)
	MERCOSUL (1991)
	UNASUL (2008)
	ALADI (1980)

Região	Arranjos de integração regional
África	UA (2002)
	UMA (1989)
	CEN-SAD (1998)
	CEDEAO (1975)
	UEMOA (1994)
	CEMAC (1994)
	CEPGL (1976)
	CEEAC (1983)
	CAO (1967)
	COMESA (1994)
	IGAD (1986)
UAAA (1970) - antiga SACU de 1910	
SADC (1992)	
Ásia	CCG (1981)
	ASEAN (1967)
	ARF (1994)
	SAARC (1985)
	OCS (2001)
	OEC (1985)
Ásia Pacífico	APEC (1989)
	PECC (1980)
	Fórum das Ilhas do Pacífico (1971)
Eurásia	CEI (1991)
	UEE (2014)
	BSEC (1992)
Europa	UE (1993)
	CoE (1949)
	Conselho de Ministros Nórdicos (1971)
	Benelux (1944)
	V4 (1991)

Região	Arranjos de integração regional
Euro-Atlântico	OTAN (1949)
	OSCE (1973)

Fonte: BEST, CHRISTIANSEN (2011).

Através da evolução do fenômeno ao longo dos anos, é possível observar que esses vários movimentos de integração regional possuem tanto características que os aproximam, quanto características que os afastam. São definidores de cada processo de integração, por exemplo, o período em que se iniciaram, os motivos que os impulsionaram e os aprofundaram, as características da região em que estão situados etc. Como os definidores dos processos de integração regional são vários e distintos, pode-se afirmar que nenhum processo é idêntico a outro.

Best e Christiansen (2011) afirmam que os países buscam a integração regional como modo de administrar a independência, a sua interdependência e sua internacionalização. Como os próprios termos sugerem, os Estados buscam se relacionar com outras nações no sistema internacional com o propósito de firmar o seu status de nação independente e soberana, buscar respostas aos desafios que surgem no mundo devido às disputas de poder, as dinâmicas de mercado, entre vários outros, e estabelecer a sua presença no sistema internacional.

A cada onda do regionalismo testemunhada, era possível observar o aumento da complexidade do fenômeno que passava a abranger cada vez mais atores, regiões e escopos de atuação. As consequências do processo no sistema internacional estavam cada vez mais nítidas, atraindo o olhar de vários estudiosos que passaram a se debruçar sobre o fenômeno para entender o seu funcionamento e suas implicações atuais e futuras.

Antes de adentrarmos as ondas de regionalismo e a onda do regionalismo asiático ocorrido no século XX, primeiro vamos nos debruçar sobre a definição de regionalismo trazida por Hurrell (1995), que servirá de ponto de partida para a análise deste trabalho. O regionalismo para Hurrell, é dividido em cinco categorias: regionalização, consciência e identidade regionais; cooperação regional entre Estados; integração econômica regional promovida pelo Estado e coesão regional.

2.1 A DEFINIÇÃO DO REGIONALISMO

Começando pela primeira categoria, regionalização se refere ao aumento da integração regional em uma determinada região promovida por forças quaisquer que não sejam os Estados. Justamente pelo não envolvimento estatal ou ausência de aparato regulatório no processo, muitas das vezes o termo regionalização é substituído por integração informal ou *soft regionalism*. Um ponto importante a se ressaltar é que o termo regionalização muitas vezes é usado erroneamente como sinônimo de regionalismo, porém, na verdade, a regionalização é uma dos processos que compõem o regionalismo (HURRELL, 1995).

Seguindo para a segunda categoria, entende-se que a consciência e identidade regional emergem quando Estados de uma mesma região possuem diversas características em comum (como localização, economia, história, sociedade, etc) que acabam se desdobrando em um sentimento de pertencimento de suas populações à região em que estão inseridos. Devido a essa consciência de que possuem uma identidade regional comum, essas populações acabam por se entender como “um povo só”, o que traz união e pertencimento daqueles que estão dentro dessa região e os separa daqueles que estão fora dessa região (HURRELL, 1995).

A terceira categoria é a cooperação regional entre Estados que, como o nome já indica, é a criação de novos acordos e instituições, formais e informais, de cooperação interestatal, além também do fortalecimento daqueles já existentes. Há vários motivos que podem influenciar esse adensamento da rede de cooperação regional como, por exemplo, desafios que os países de determinada região possuem em comum, defesa dos interesses da região em relação ao exterior, promoção de ideias e valores que compartilham etc. A principal característica da cooperação regional entre Estados é justamente a promoção da cooperação por parte dos Estados, diferentemente da regionalização, que são esforços de cooperação que ocorrem de maneira espontânea pelas forças econômicas e sociais daquela região, sem ter o Estado como seu provedor (HURRELL, 1995).

Vale esclarecer que o termo “informal” citado algumas vezes nos parágrafos anteriores não se refere à não participação do Estado na criação dessas instituições e outros movimentos de cooperação regional. Na verdade, o termo significa que essas instituições podem possuir baixos níveis de burocracia do que observado nas instituições de cooperação tradicionais (HURRELL, 1995).

A quarta categoria é a integração econômica regional promovida pelo Estado que, como também o próprio nome já diz, se refere à promoção de políticas econômicas por parte dos Estados, com o objetivo de alcançar interesses econômicos da região. Essa categoria pode

ser entendida como uma subcategoria da cooperação regional entre Estados (HURRELL, 1995).

E por último, temos a coesão regional que ocorre quando a combinação das quatro categorias anteriores faz com que surja, por fim, uma unidade regional coesa e consolidada. A coesão existe em uma região quando ela tem peso importante nas decisões tomadas pelos Estados individualmente, ou quando a região é utilizada como base para a criação de várias políticas por parte dos Estados pertencentes a ela. Há vários caminhos para a coesão regional e, por isso, ela pode apresentar diversos modelos como econômico, político, técnico, entre outros (HURRELL, 1995).

Após destrinchar e trazer uma definição para o termo regionalismo, Hurrell (1995) faz uma observação interessante afirmando que esse fenômeno é o custo que a interdependência entre os Estados de uma determinada região impõe aos Estados individualmente. Considerando isso, para países que pertencem a uma região com alta integração regional, o regionalismo seria o poder da região em definir políticas e ser a base das decisões tomadas pelos Estados individualmente. E para países fora dessa região integrada, o regionalismo seria os custos que essa interdependência causa aos Estados do resto mundo, como o prejuízo a acordos, distribuição de poder na balança global, entre outros.

2.2 AS ONDAS DO REGIONALISMO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o modo com que as relações entre Estados se davam no sistema internacional mudou profundamente. O regionalismo chegou em regiões que não o conheciam antes, promovendo novas formas e características que se adequassem às necessidades dos países envolvidos. Já naquelas regiões em que o fenômeno se apresentava de maneira prematura, ele se aprofundou, tornando-se mais diverso e complexo. Foi devido a essa evolução do regionalismo em várias regiões do mundo e em décadas diferentes que a literatura entendeu que existem vários processos de regionalismo, as chamadas ondas.

A primeira onda é marcada pelo regionalismo europeu, mais especificamente pela criação da Comunidade Econômica Européia (CEE). A CEE tem como base a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951 pela França, Alemanha e Itália, junto aos países que faziam parte da União Econômica Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) e tinha como objetivo a livre comercialização de recursos naturais e energéticos como carvão, ferro e aço entre os países-membros. Foi através da evolução positiva da CECA que os países membros decidiram criar a CEE, através do Tratado de Roma de 1957.

A CEE entrou em vigor em 1958 e tinha como objetivo livres trocas comerciais e um mercado comum entre os países-membros, promovendo, assim, o crescimento econômico europeu. O objetivo foi atingido com sucesso e, em 1968, a CEE criou e estabeleceu uma tarifa externa comum entre todos os membros (CARPENTER, 2009).

O êxito da CEE foi tão grande que outros países da Europa que não faziam parte da comunidade passaram a se preocupar com os efeitos negativos que ela poderia trazer aos seus mercados. Devido a esses receios, sob liderança britânica, em 1960, países europeus que não eram membros da CEE criaram a Associação Europeia de Comércio Livre (AECL). Porém, a AECL gerou poucos resultados significativos e no decorrer do tempo, cinco dos sete membros fundadores da associação se retiraram e ingressaram na CEE. Assim, em 1973, a CEE sofreu sua primeira expansão com a entrada do Reino Unido e da Dinamarca, que eram ex-membros da AECL, juntamente da Irlanda. Em 1981, houve a entrada da Grécia, aprofundando ainda mais o regionalismo europeu (CARPENTER, 2009).

Fora da Europa, o regionalismo já demonstrava embriões em várias partes do mundo. Surgiram vários novos países na América Latina, Ásia e África. Esse processo, juntamente ao maior desenvolvimento das economias do sul global através da industrialização, fez com que surgissem as bases para a criação de importantes blocos regionais não europeus conhecidos hoje, como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1967.

Na América Latina e no Caribe, nesse período, houve a criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1960, da Comunidade Andina (CAN) em 1969 e da Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1973. Todos esses blocos tinham como o objetivo em comum a integração das economias dos países-membros para que houvesse mais alternativas de desenvolvimento comercial, que até o momento não eram possíveis devido às limitações dos mercados internos. Houve também a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 e da Associação Latino Americana de Integração (ALADI) em 1980 com o objetivo de criar uma zona de livre comércio e um mercado comum entre os países-membros (CARPENTER, 2009).

A segunda onda do regionalismo começou na metade dos anos 80 e tem como o seu principal marco a Rodada do Uruguai do GATT que teve seu início em 1986. Foi através da Rodada do Uruguai que houve a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995.

Há dois fatores importantes que culminaram na criação da Rodada do Uruguai. O primeiro se encontra na Europa, que aprofundou ainda mais a sua integração regional, indo além do aspecto comercial. A CEE, que em 1992 passou a ser chamada apenas de

Comunidade Europeia - CE, ganhou dois novos membros (Portugal em 1985 e Espanha em 1986) e já estava fortemente estabelecida no continente europeu, integrando profundamente as economias europeias. Por um lado, isso trazia várias vantagens comerciais aos seus membros, mas, por outro, trazia diversas preocupações aos outros países do mundo. Esses se preocupavam com o fortalecimento da Europa Ocidental, que poderia culminar em um menor interesse dos países da CE em comercializar com outros países e regiões do mundo (CARPENTER, 2009).

O segundo fator veio da América do Norte, a qual os EUA passaram a ter uma postura mais aberta para o regionalismo, estando então mais inclinados a fazer acordos com outros países do mundo. Essa abertura dos estadunidenses foi uma das principais características que marcou o novo regionalismo nas Américas na segunda onda. Foi nesse período que os EUA criaram junto ao Canadá, o Acordo de Livre Comércio Canadá-EUA (CUSFTA) em 1987, que deu origem ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) em 1994, agora incluindo o México (CARPENTER, 2009).

Ao entenderem a importância e potencial do NAFTA, muitos países da América Latina demonstraram interesse em formar com os EUA algum tipo de acordo semelhante, e assim foi feito. Em 1990, os EUA criaram a Iniciativa para as Américas de modo a fomentar a economia de mercado entre os países do continente americano. Em 1994, também foi lançada a proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que acabou não tendo êxito e foi substituída por relações bilaterais entre países da América Latina e Central com países norte-americanos. Enquanto isso, ao longo da década de 90, o México voltou seus esforços para a Europa e para a Ásia (CARPENTER, 2009).

O regionalismo latino-americano e caribenho também se expandiu. Vários dos países dessas regiões fomentaram a criação de acordos regionais de comércio entre si, aumentando a integração na região. Além disso, acordos que já existiam foram revisados, relançados e aprofundados. Foi dentro desse contexto que, em 1991, foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul) que, liderado pelo Brasil, instituiu uma série de discussões entre os membros para a criação de áreas de livre comércio na América do Sul. Mais tarde, em 2008, com o objetivo de integrar o Mercosul com a Comunidade Andina, foi criada a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (CARPENTER, 2009).

Por fim, a terceira onda do regionalismo ocorreu na última década do século XX. Nesse período, temos a conclusão das negociações da Rodada do Uruguai em 1994 e a criação da OMC em 1995. Houve também a criação da União Europeia (UE) em 1993, que surgiu a partir da CE. Porém, apesar desses grandes eventos ocorridos na década de 90, a terceira onda

não é marcada por movimentos em prol da integração por parte dos europeus ou dos estadunidenses, mas sim pela integração regional promovida pelos países em desenvolvimento.

No fim do século XX, os acordos comerciais que já existiam se aprofundaram e expandiram ainda mais, porém, havia uma insatisfação por parte de muitos países, principalmente pelos países em desenvolvimento, com os acordos multilaterais em que estavam inseridos. Essa insatisfação provinha da alta burocracia e da demora na tomada de decisões importantes por parte destes mecanismos multilaterais, que acabavam por impactar negativamente os interesses dos países-membros.

Devido a isso, surgiu uma tendência por parte dos países e das organizações em despriorizar mecanismos multilaterais e priorizar a criação de mecanismos bilaterais para a realização de acordos comerciais, e essa se tornou uma das principais características da terceira onda do regionalismo. Tanto a UE como os EUA passaram a realizar acordos bilaterais com diversos países, mas foi nos países asiáticos e sul-americanos que essa tendência foi mais significativa (FLECK, 2011).

Outra característica importante da terceira onda foi a ascensão do regionalismo monetário. A década de 1990 foi marcada por crises financeiras que causaram impactos negativos em várias regiões do mundo. A falha de instituições financeiras internacionais, principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), em atuar de maneira eficiente em relação às crises e proteger as economias de países emergentes fez com que esses países se unissem e criassem as suas próprias instituições financeiras regionais (FLECK, 2011).

Dito isso, é possível afirmar que foi a partir do regionalismo monetário e do aumento de acordos bilaterais que o mundo observou a ascensão da terceira onda do regionalismo. Nesse cenário, uma região se destacou pelo seu crescente e acelerado processo de integração regional. A forma surpreendente de como a integração regional ocorreu na Ásia no final do século XX fez com que o fenômeno ganhasse grande destaque nos estudos acerca do regionalismo, passando a ser denominado pela literatura como o novo regionalismo asiático.

3 O NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO

Apesar de o mundo ter testemunhado um significativo aumento em número, grau e relevância nos processos de integração regional após a Segunda Guerra Mundial, foi apenas na última década do século XX e no início do século XXI que a Ásia apresentou um surpreendente crescimento e aprofundamento de acordos e instituições que promovem a integração da região. O processo foi tão marcante que se tornou a característica mais significativa da terceira onda do regionalismo.

Antes desse fenômeno acontecer, a integração regional existente no continente asiático era promovida em sua maioria por empresas privadas que tinham como objetivo obter ganhos em competitividade em relação ao resto do mundo. Essas empresas realizavam acordos entre si para investirem uma nas outras de modo a expandirem as suas cadeias de produção e diminuir seus custos. Nesse momento, os países asiáticos atuavam apenas como meros facilitadores desse movimento liderado por empresas privadas asiáticas, tendo um papel secundário na integração na região (BACELETTE, 2012).

Apesar da existência de uma integração regional ainda muito rasa na Ásia, antes da década de 90 já existiam importantes instituições e acordos no continente, porém eles eram poucos se comparados ao restante do mundo. Menor ainda era o número daqueles que apresentavam avanços significativos na integração, impossibilitando assim um aprofundamento e solidez de um regionalismo na Ásia.

Como exemplo, pode-se citar a ASEAN, que, apesar de ser um dos esforços de integração regional mais importantes da Ásia atualmente, não havia sido criada com esse intuito. Criada em 1967, ela tinha como principal objetivo garantir a segurança dos seus membros (principalmente das disputas da Guerra Fria e do colonialismo europeu, já que a Europa possuía muitas ex-colônias na Ásia) e garantir a estabilidade da região. Porém, a ASEAN apresentava poucos resultados significativos, já que abrangia poucos países como membros (que até aquele momento eram Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura e Indonésia) e limitava a sua atuação no escopo da segurança, sem buscar a expansão dos seus objetivos para outras áreas (BACELETTE, 2012).

Outro esforço de integração regional que já existia na Ásia antes do Novo Regionalismo Asiático era a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), que foi fundada em 1989 com o objetivo de criar uma área de livre comércio entre os seus membros. Os poucos avanços da APEC em direção ao seu objetivo são explicados pela discordância entre os seus membros asiáticos e não asiáticos (Austrália, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia,

entre outros). Os membros não asiáticos da APEC possuíam grandes divergências econômicas com os países asiáticos e frequentemente buscavam favorecer os seus interesses em detrimento dos demais membros (BACELETTE, 2012).

Reforçando o argumento de baixo nível de integração regional asiática, um ponto importante a se enfatizar é que, até os anos 2000, a Ásia possuía apenas dois acordos preferenciais de comércio: o Acordo Comercial Ásia-Pacífico (APTA), o primeiro acordo de tal natureza na Ásia criado em 1975, e o Acordo de Livre Comércio da ASEAN (AFTA), criado em 1992 como um grande avanço para a expansão da ASEAN para além do escopo de segurança. Em contraste, o mundo possuía cerca de 450 acordos dessa mesma natureza até o período citado (BACELETTE, 2012).

Ainda explorando os motivos que poderiam ter causado esse regionalismo “tardio” na Ásia, Bacelette (2012) afirma que o único país que teria capacidade de liderar um processo de integração asiática até a década de 90 era o Japão, principalmente devido ao fato de o país ser uma das principais economias asiáticas. Mas a memória dos asiáticos referente às ações do império japonês nos séculos anteriores, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, trazia muita desconfiança e resistência à possível liderança japonesa nos esforços em prol do regionalismo asiático. Além disso, o Japão possuía fortes laços com os países do ocidente, principalmente os EUA, o que também não ajudava a ganhar a confiança da Ásia.

Finalmente, no fim da década de 90, houve a grande virada da integração regional asiática. A Ásia, que antes apresentava baixo nível de integração regional institucionalizada, passou por um grande processo de aumento e aprofundamento na integração da região, de maneira bastante acelerada. Houve a criação de novos acordos de cooperação em diversas áreas (econômica, política, de segurança, técnica, entre outros) e as instituições que já existiam sofreram transformações que aumentaram seu escopo de atuação e número de membros. O rápido salto de baixa para alta densidade e complexidade das redes de acordos e instituições que promovem a integração regional na Ásia, juntamente com as particularidades dos países e da região em si, fez surgir uma onda de regionalismo na região que ficou conhecida pela literatura como o Novo Regionalismo Asiático.

Como um exemplo do avanço da integração regional asiática, Aggarwal e Koo (2014) listaram os principais acordos de natureza comercial que foram criados na Ásia de antes dos anos 80 até o fim dos anos 2000. Na Tabela 2, é possível observar a evolução no número de acordos comerciais no período citado, que foi fruto da ascensão da nova onda do regionalismo no continente asiático.

TABELA 2 - Evolução dos acordos comerciais na Ásia

PRÉ-1980	1980	1990	2000
GATT (1947)	GATT	OMC (1994)- sucessora do GATT	OMC
ASEAN (1967) - Aqui ainda não apresentava caráter comercial	ASEAN	ASEAN	ASEAN
	APEC (1989)	APEC	APEC
	ANZCERTA (1983)	ANZCERTA	ANZCERTA
	SAARC (1985)	ASEAN/AFTA	ASEAN/AFTA
		ASEM (1996)	ASEM
		ASEAN+3 (1998)	OCS (2001)
		SAFTA (1995)	ASEAN+3
			SAFTA (2006)
			Área de Livre Comércio Japão-Cingapura (2001)
			ASEAN+6 (2005)
		P4 (2006) - TPP (2008)	
		EAC (2009)	
		ASEAN+8 (2010)	

Fonte: AGGARWAL; KOO (2014).

Conferindo a Tabela 2, é possível observar que o GATT era a principal instituição comercial vigente na Ásia antes do início do século XXI, já que a ASEAN ainda não havia expandido a sua atuação para o escopo comercial. Porém, essa situação foi mudando ao longo das décadas com a criação e evolução de diversos acordos comerciais que envolviam países

da Ásia. O objetivo dessas organizações era promover o comércio da região por meio de medidas que impulsionam as negociações comerciais asiáticas, aumentando, assim, o grau de integração regional.

Voltando ao exemplo da APEC, apesar de enfrentar problemas internos que atrasaram seu desenvolvimento, a sua evolução ao longo dos anos demonstra um grande avanço na integração regional asiática ao apresentar a união dos esforços de países como Estados Unidos, Austrália e Japão em prol da evolução das suas relações comerciais. Apesar de não ter atingido o seu objetivo final de criar uma área de livre comércio, a APEC é utilizada como um facilitador para o comércio entre os membros (BACELETTE, 2012; AGGARWAL; KOO, 2014).

Já a ASEAN integrou novos membros na sua composição: Brunei (1984), Vietnã (1985), Mianmar (1997), Laos (1997) e Camboja (1999). Em 1991, criou a AFTA com o objetivo de reduzir tarifas comerciais nas exportações de bens entre os membros do bloco, tornando-as mais baratas até 1994. Também criou a Comunidade Econômica da ASEAN (CEA) em 2003 com o objetivo de dar origem a um mercado único entre os países-membros (AGGARWAL; KOO, 2014).

Em 1990, iniciaram-se os esforços para a criação da ASEAN+3, que teria como membros os países da ASEAN junto ao Japão, Coreia do Sul e China, mas foi apenas durante a ASEM em 1996 que essa nova nomenclatura começou a tomar forma e, finalmente, em 1999, a ASEAN+3 foi estabelecida. Em seguida, veio a ASEAN+6 (ASEAN+3, Índia, Austrália e Nova Zelândia) em 2005 e a ASEAN+8 (ASEAN+6, EUA e Rússia) em 2010. Um ponto importante a ressaltar é que foi através da ASEAN+3 que se iniciaram os esforços de cooperação entre a China, Japão e Coreia do Sul, que implicaram a criação da EAC em 2009 (AGGARWAL; KOO, 2014).

Nem todos os acordos provindos da nova onda do regionalismo na Ásia atingiram os seus objetivos. Alguns deixaram de existir, foram substituídos ou anexados por outros, mas é indiscutível que todos eles, em menor ou maior grau, contribuíram para o aumento do fenômeno da integração regional na Ásia no fim dos anos 90 e início dos anos 2000.

3.1 OS IMPULSIONADORES DO NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO E O PAPEL DA CHINA

Há várias motivações que geraram o impulso para a nova onda do regionalismo na Ásia. Dentre eles, podemos citar o fim da Guerra Fria; o aumento da integração europeia e o

receio do resto do mundo (incluindo países da Ásia) em relação às consequências negativas que esse aprofundamento poderia gerar para as suas economias; a elevada burocracia e demora no avanço das negociações comerciais dentro do GATT; entre outros (CARPENTER, 2009; AGGARWAL; KOO, 2014). Esses motivos foram, sem dúvida, muito importantes para o aumento da integração regional asiática, mas não são os principais catalisadores que impulsionam a Ásia rumo a um nível inédito de integração. Bacelette aponta, em seu texto, três acontecimentos que foram essenciais para o Novo Regionalismo Asiático, sendo eles: a crise financeira asiática; a crise financeira global e a ascensão econômica chinesa.

Em 1997, o continente asiático passou a enfrentar uma crise financeira de grandes proporções. Tudo começou com a alta desvalorização da moeda tailandesa, que acabou tendo como consequência uma fuga de capitais que se espalhou por toda a Ásia. Ao observar a economia da região entrar em colapso, os países asiáticos buscaram ajuda financeira no FMI, mas não obtiveram sucesso.

Com a ausência do auxílio do FMI e de outros mecanismos multilaterais às economias asiáticas durante a crise, houve a criação da Iniciativa Chiang-Mai, que é uma espécie de arranjo monetário entre os membros da ASEAN, além de China, Japão e Coreia do Sul. O objetivo do fundo é ser utilizado como uma fonte de resposta rápida a crises financeiras na região, substituindo a necessidade de buscar ajuda fora da Ásia. A Iniciativa Chiang-Mai gerou uma maior interdependência econômica e política entre os seus membros (BACELETTE, 2012).

Seguindo para o segundo grande motivador do aumento da integração regional asiática, partindo de uma bolha imobiliária iniciada nos EUA nos anos 90, uma crise financeira gravíssima atingiu a economia global em 2008. O estouro da bolha imobiliária nos EUA deu início a uma grande recessão econômica que se alastrou pelo mundo todo, atingindo fortemente a Ásia.

Essa crise significou para a Ásia uma baixa na demanda de seus produtos e serviços por parte dos países ocidentais. Ao observar a recessão econômica que se espalhava pelos países da região, as economias asiáticas estabeleceram pequenos acordos bilaterais e multilaterais entre si com objetivo de facilitar e aumentar as trocas comerciais, para que pudessem sobreviver à recessão econômica. Esses acordos, conseqüentemente, aprofundaram o grau de integração econômica entre os países asiáticos (BACELETTE, 2012).

Por fim, seguindo para o último grande catalisador da integração asiática, temos a China, mais precisamente a sua ascensão econômica no cenário internacional. Depois de décadas de isolacionismo, a China ressurgiu como uma das principais promessas da economia

mundial. A sua rápida ascensão como nova potência econômica global é um dos eventos mais importantes do final do século XX e elemento essencial para entendimento das relações econômicas mundiais. Foi devido a essa ascensão que a China passou a projetar o seu poder sobre os países asiáticos e a ser peça fundamental para a integração regional na Ásia.

Nos cenários extremamente desfavoráveis apresentados pela crise financeira asiática de 1997 e pela crise financeira global de 2008, a China teve papel de grande relevância ao buscar alternativas para amenizar os efeitos das crises, proteger a economia da região e promover o comércio asiático.

Durante a crise financeira da Ásia, por exemplo, a China propôs a criação da Iniciativa Chiang-Mai, além de ser, juntamente ao Japão, líder da iniciativa e a maior contribuidora para o fundo. Além disso, durante a crise, a China não causou mudanças bruscas em seu câmbio, garantindo a estabilidade da sua moeda e das demais moedas da região. Já na crise financeira de 2008, ao ver suas exportações caírem, a China buscou adensar as relações comerciais com países asiáticos por meio de acordos de natureza bilateral e multilateral. Dessa maneira, ela foi capaz de competir internacionalmente de maneira eficaz ao expandir suas cadeias produtivas para outros países asiáticos, diminuindo, assim, os custos de produção. O país, então, a partir desse momento, passou a complementar sua produção e adensar ainda mais acordos e instituições econômicas regionais asiáticas (BACELETTE, 2012).

Como é possível observar, a China é um dos mais importantes atores na promoção do novo regionalismo asiático. As ações chinesas durante os momentos de crise, somadas ao seu crescimento econômico, fizeram com que o país se tornasse peça-chave no crescimento e aprofundamento da integração regional asiática. Além disso, devido às atitudes chinesas frente às crises enfrentadas, o país passou a ser visto pelas outras nações asiáticas como um ator de extrema relevância para a região e que defende os interesses da Ásia frente ao ocidente (BACELETTE, 2012).

Tudo isso contribuiu para uma importante aproximação entre a China e os países da Ásia, que significou um aumento da presença e influência chinesa na região. O aumento do status chinês na Ásia atraiu os olhos de todos os países do mundo, que passaram a observar ali a semente de mudanças importantes que viriam ocorrer na ordem mundial vigente. Observavam ali um ator com grande potencial econômico e geopolítico ganhando cada vez mais relevância em uma das regiões mais importantes (e disputadas) do mundo, além de ser região chave para a manutenção da posição hegemônica dos EUA.

4 AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE OS EUA E A CHINA, E O USO DO REGIONALISMO ASIÁTICO COMO FERRAMENTA PARA ELEVAÇÃO DO SEU STATUS GLOBAL

Nas várias ondas do regionalismo e no desempenho do fenômeno em cada região do mundo, nota-se que são múltiplos os motivos que podem incentivar os países a adotarem medidas que os impulsionam em direção a maior integração regional. Há movimentos de integração que surgiram em resposta a desafios de segurança externos, há aqueles que surgiram em prol do desenvolvimento econômico dos países envolvidos, há também movimentos que foram incentivados pelo receio do isolacionismo por parte dos países em um mundo cada vez mais integrado. Sem dúvidas, os vários motivadores desempenharam um papel-chave na disseminação e aprofundamento dos movimentos de integração regional ao longo dos anos e contribuíram para a construção do mundo como o conhecemos hoje.

Com a evolução do fenômeno nas últimas décadas, é possível observar que um dos resultados dos movimentos de integração regional é o aumento da influência de um país sobre os demais países (e, conseqüentemente, sobre a região que a pertencem) que fazem parte de determinado acordo ou instituição. Geralmente, essa influência não vem como o objetivo explícito na proposta final do instrumento de integração, mas ela acaba surgindo como consequência dos avanços das ações que tal instrumento propôs.

Em propostas de integração regional entre países que possuem status elevado no sistema internacional (como países do norte global e grandes potências) e países que possuem médio ou baixo status (geralmente países pertencentes ao sul global, ex-colônias, entre outros), o lado mais forte dessa relação acaba ganhando certa capacidade de influenciar desproporcionalmente o lado mais fraco. O nível dessa capacidade de influenciar é determinado pelo grau de profundidade do acordo estabelecido, pelo escopo que o acordo abrange (por exemplo, se o acordo é econômico, a influência tende a ser mais forte no âmbito econômico e pode transbordar para outras áreas) e por quão forte é um lado do acordo e quão menos fortalecido é o outro.

Claro que a integração traz benefícios para o lado mais enfraquecido dessa relação, que além de receber os ganhos óbvios do acordo realizado (que seriam os objetivos claros pelo qual foi criado), passa a possuir uma proximidade maior com países de alta relevância no sistema internacional. Porém, os ganhos são maiores para o lado mais forte, que passa a ter um certo grau de presença (e influência) nos países de status global médio ou baixo e, conseqüentemente, na região em que estão inseridos.

Essa tática é antiga nas relações internacionais e há várias formas de ser utilizada. Uma potência pertencente a uma determinada região pode utilizar mecanismos de promoção de integração regional para assegurar a sua influência natural em sua região e garantir que ela permaneça em sua órbita de influência (por exemplo, acordos e alianças entre os EUA e países da América do Norte, América Latina e Caribe ou entre China e países da Ásia-Pacífico).

Pode ser utilizada, também, por potências que têm interesse em expandir o seu domínio para além da sua região natural de influência, com objetivo de aumentar o seu status global e contrabalançar a presença de países com elevado status regional e global pertencentes àquela área (como exemplo, pode-se citar a aproximação da China dos países da América Latina - área natural de influência norte-americana, ou a atuação estadunidense na Ásia-Pacífico - região natural de influência chinesa).

Em contraste ao uso da integração regional com o objetivo de aumento de influência das grandes potências nas várias regiões do mundo, há também o uso dos instrumentos do regionalismo para fortalecer o lado mais enfraquecido dessa relação. Países que se sentem ameaçados pelo aumento da relevância de algum outro país que já possui certa influência natural em sua região, buscam, através da integração, se aproximar de outros países que também possuem status elevado na área em que está inserido, ou até mesmo se aproximar de potenciais parceiros pertencentes a outras regiões do planeta, a fim de fortalecer a sua posição e tornar-se menos vulnerável aos países que possuem status elevado em sua região.

Seguindo na mesma linha, a integração regional pode ser também utilizada por países não pertencentes ao ocidente ou ao eixo norte global, que geralmente possuem status muito abaixo do das grandes potências. Passam a se unir por meio de acordos de cooperação, alianças e tratados para que, juntos, elevem o seu status regional e global. Assim, conseguem defender seus interesses e o das suas regiões frente aos interesses das elites globais, além de se proteger das disputas de poder por parte das grandes potências.

Como é possível observar, a integração regional pode ser utilizada pelos países como instrumento de aumentar, diminuir e/ou contrabalançar a influência um dos outros nas distintas regiões e no mundo. Ao longo das décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial, esses movimentos de integração regional contribuíram para definir os rumos do mundo. Foram utilizados pelos EUA e a URSS durante as disputas pela hegemonia na Guerra Fria. Depois, foram usados pelos EUA para firmar a nova ordem mundial e espalhar os princípios americanos pelo globo após a queda da URSS. Algum tempo depois, foram utilizados pelos países emergentes para desafiar a soberania estadunidense e defender os seus interesses frente

ao norte global. E mais recentemente, e foco deste trabalho, são utilizados nas disputas de poder entre EUA e China.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos EUA nos últimos anos é, sem dúvidas, o crescimento econômico chinês e o aumento da sua relevância geopolítica global. A China elevou o status global se tornando uma grande potência e o único país a possuir capacidade de ocupar o outro lado da balança de poder global, contrabalançando o domínio norte americano no sistema internacional. A elevação da China para o grau de extrema relevância que possui hoje se torna um evento ainda mais interessante ao voltarmos no tempo e constatarmos que um dos grandes responsáveis pela inserção internacional chinesa foram os próprios estadunidenses.

A seguir, iremos explorar, panorâmica e sinteticamente, a complexa relação entre os EUA e a China, além da importância da Ásia para ambos. Primeiramente, buscaremos entender as motivações que levaram ao estabelecimento das relações entre os dois países na década de 1970 e o papel dos EUA na ascensão da relevância econômica e geopolítica da China ao longo das últimas décadas do século XX. Depois, adentraremos a disputa hegemônica travada pelas duas grandes potências no início do século XXI e no modo como utilizam a Ásia para contrabalançar o poder uma da outra.

4.1 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE OS EUA E A CHINA

O principal evento que marcou a segunda metade do século XX foi a disputa geopolítica e ideológica entre os EUA e a URSS. A Guerra Fria dividiu o mundo em dois grandes blocos: um alinhado com os americanos e seu modelo econômico capitalista, e outro alinhado com os ideais socialistas soviéticos. À medida que o conflito foi se intensificando, era possível observar que, dentre as várias regiões do mundo, a Ásia era um dos palcos mais importantes de disputas entre os dois lados.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA já possuíam grande presença na região, que precisou ser intensificada à medida que o conflito com a URSS evoluía. A Ásia representava para os soviéticos uma zona de grande importância estratégica, por ser a sua região de influência natural e palco ideal para espalhar os ideais que defendiam. Por esse mesmo motivo, a Ásia se tornava indispensável também para os objetivos americanos, que, ao estreitar laços com a região, poderia minar os planos soviéticos e ampliar a sua influência na região, aumentando suas chances de vitória no conflito.

Nesse momento, a China estava longe de ser o gigante econômico e geopolítico que é atualmente. Os chineses tinham finalmente encerrado décadas de intensos conflitos internos, que resultaram na ascensão do Partido Comunista Chinês (PCC) ao poder em 1949. O término da Guerra Civil estava longe de significar o fim dos problemas enfrentados pelo país que, no início da década de 50, se encontrava extremamente isolado do resto do mundo e enfrentava graves problemas econômicos e de desenvolvimento.

Além dos problemas já existentes, a China passou a observar com bastante apreensão o aumento das tensões entre os EUA e a URSS, principalmente as ameaças que o conflito apresentava à sua segurança. A relação com os EUA não era das melhores, os chineses alimentavam um enorme sentimento antiamericano, que se aprofundou ainda mais após os EUA frustrarem as tentativas chinesas de retomar o controle sobre Taiwan. Nesse cenário, se tornou inevitável que a China se alinhasse com o bloco que possuía maiores similaridades ideológicas, o bloco soviético (SHAMBAUGH, 2020).

Ao longo dos anos 50 e 60, a postura antiamericana por parte dos chineses foi se intensificando ainda mais, fazendo que criassem atritos com o próprio aliado soviético. Com a morte de Stalin, a URSS realizou movimentos significativos em sua política externa e passou a defender a possibilidade de uma coexistência pacífica com os EUA. Isso não agradou os chineses, que passaram a ter uma série de desentendimentos com a URSS, escalando, assim, para o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1962. Então, nesse período, a China voltou ao profundo isolamento e à sua posição de forte de insegurança internacional, pois havia retornado ao cenário inicial de inimizade com a URSS e EUA (SHAMBAUGH, 2020).

Porém, ao fim dos anos 60, esse cenário preocupante chinês estava prestes a mudar. Apesar de serem extremamente reativos aos EUA, os chineses entendiam que era a URSS que deveria ser considerada inimiga prioritária a ser combatida. Por outro lado, os EUA estavam cientes que quanto mais aliados asiáticos, mais forte seria a sua posição na região e mais chances teriam na vitória contra os soviéticos. Passaram então a enxergar a possibilidade de se aproximar da China com o objetivo de tê-la como aliada contra a URSS. E foi nesse cenário que surgiram as sementes para o início das relações entre a China e os EUA.

Finalmente na década de 70, iniciaram-se as relações entre os chineses comunistas e os americanos. Com intermédio dos EUA, a China abandonou o isolamento internacional, estabeleceu relações diplomáticas com diversos países do mundo, além de ingressar na ONU. Juntos, americanos e chineses, formaram uma aliança contra os soviéticos, e em 1979, estabeleceram totalmente os seus laços diplomáticos. Na década de 80, a China deu

continuidade às medidas tomadas na década anterior, estabelecendo mais laços diplomáticos com vários outros países do mundo e ingressando em diversas organizações internacionais, como o FMI e o Banco Mundial (SHAMBAUGH, 2020).

Ao mesmo tempo em que houve essa virada na política externa chinesa e estabelecimento das relações com os EUA, domesticamente, a China passava por importantes mudanças. Com a ascensão ao poder chinês, Deng Xiaoping passou a liderar o país em uma série de modernizações em setores essenciais para o desenvolvimento econômico do país. Esse processo de abertura econômica ficou conhecido como as “Quatro Modernizações” e foi implementado a partir de 1978. Já internacionalmente, Deng Xiaoping instaurou a “Política das Portas Abertas” com objetivo de aprofundar ainda mais os laços da China com países desenvolvidos e que se encontravam fora do bloco socialista soviético, com o objetivo de aprofundar os seus laços diplomáticos com o resto do mundo, além de atrair investimento para a economia chinesa (MATTOS; AMARAL, 2013; SHAMBAUGH, 2020).

A aliança estratégica com os EUA e os movimentos de política externa nas décadas de 70 e 80, juntamente com reformas domésticas em prol do desenvolvimento, fizeram com que a China chegasse nos anos 1990 apresentando um impressionante desenvolvimento econômico, comércio exterior intensificado e um aprofundado relacionamento com o resto do mundo. A relação próxima com os americanos fortaleceu a posição de ambos países contra a URSS. Por um lado, a China havia fortalecido sua posição regional e internacional, se tornando cada vez menos vulnerável às disputas hegemônicas; por outro, os EUA ganharam um importante aliado contra os soviéticos, fortalecendo ainda mais a sua posição e influência na Ásia. Foi então que, em 1991, EUA e China presenciaram o fim da URSS.

A queda do socialismo soviético consagrou os EUA como a nova liderança global. O mundo abandonou a fase bipolar que predominava nas últimas décadas e adentrava uma nova ordem capitalista liberal unipolar, que tinha os EUA como principal ator. Com o estabelecimento do capitalismo como modelo econômico global vigente, os EUA utilizaram instituições, arranjos multilaterais e acordos que promoviam a integração entre os países para espalhar a nova ordem liberal pelo mundo, aumentando consideravelmente a sua presença e influência em todas as regiões do globo, inclusive na Ásia (HURRELL, 2014).

Mesmo que a China, nesse momento, apresentasse ser um ator de relevância importante na Ásia e tivesse sua posição, de certa forma, consolidada tanto na região quanto no restante do mundo, o fim da URSS trouxe de volta aos chineses preocupações referentes à sua segurança. Apesar da ligação que possuía com os EUA e com o ocidente, a China apresentava características políticas, ideológicas, culturais e econômicas muito diferentes da

nova ordem capitalista estabelecida mundialmente. Por exemplo, o crescimento econômico da China era produto de um modelo singular de desenvolvimento (que pode ser nomeado como economia socialista de mercado). Além disso, apresentava um governo liderado por um partido comunista (SHAMBAUGH, 2020).

Essas diferenças entre a China, as principais economias do mundo e a nova ordem capitalista liberal fizeram com que os chineses se preocupassem que os novos padrões das relações econômicas internacionais prejudicassem o seu desenvolvimento econômico. Também se preocupavam que a sua rápida ascensão econômica e elevação do seu status fizessem com que o mundo a visse como ameaça, tornando-a alvo de retaliação. Foi com essas preocupações em mente que os chineses adotaram uma política externa de cautela e discrição durante a década de 1990, de modo a mostrar ao mundo que não representava uma ameaça (SHAMBAUGH, 2020). Assim, com sua postura cautelosa de política externa, a China continuou firme na promoção do seu desenvolvimento econômico e aprofundamento das suas relações com a Ásia e com o resto do mundo.

A convergência da política doméstica chinesa, que promoveu profundas reformas em setores chaves para o desenvolvimento econômico do país, e da política externa, que inseriu os chineses no plano internacional através da diplomacia, sistemas de alianças e cooperação e que conseqüentemente, trouxe investimentos e foi melhorando a capacidade chinesa de competir no mercado internacional, fizeram com que, na virada do século, a China se consagrasse como uma das principais economias do mundo.

E também foi através desse status econômico elevado que a China conseguiu se estabelecer de vez como um dos principais atores do continente asiático. No momento em que ocorreu a crise financeira asiática em 1997, a capacidade econômica chinesa permitiu que o país atuasse ativamente para amenizar os efeitos da crise representando para os asiáticos o socorro que os mecanismos multilaterais e os próprios EUA não forneceram.

Nesse momento da análise, é importante voltarmos à questão de que essa crise, mais especificamente a resposta chinesa a ela, foi um dos principais motivadores para o surgimento da nova onda de regionalismo na Ásia. Anteriormente a esse fenômeno, apesar de não tão expressivos como observado nessa nova onda, os países da Ásia (inclusive a própria China) já realizavam movimentos em busca de estabelecimento de acordos comerciais entre si, promovendo algum grau de integração. Uma das características desses movimentos é que possuíam intermédio muito ativo dos EUA, diferentemente do regionalismo asiático dos anos 2000 (AGGARWAL; KOO, 2014).

A posição chinesa como principal ator na promoção do regionalismo asiático no início do século XXI trouxe uma diferença importante se comparada aos processos de integração regional que ocorreram anteriormente na Ásia. Bacelette (2012) afirma que o papel ativo da China no regionalismo asiático nos anos 2000 fez com que as instituições e acordos criados na Ásia por intermédio do país acabassem incorporando os interesses da própria China em suas ações e objetivos. Alguns estudiosos chegam a dizer que, devido à liderança chinesa, essa onda de regionalismo na Ásia apresenta mais características asiáticas e chinesas do que os processos de regionalismo ocorridos anteriormente na região.

Dito isso, é possível afirmar que o Novo Regionalismo Asiático foi evento-chave para o estabelecimento da China como potência asiática. Passou, então, a representar uma contraposição ao poder dos EUA na região, que ainda possuía profundos laços com as nações asiáticas e presença acentuada na região no pós Guerra-Fria.

O continente asiático não foi o único a testemunhar o aumento da presença chinesa em sua região. Nos anos 2000, a China tornou sua presença no mundo ainda mais expressiva, principalmente devido à disseminação de vários atores chineses (estatais e privados) pela África, Europa e América Latina (SHAMBAUGH, 2020). Um dos grandes marcos da política externa chinesa nesse período foi o seu ingresso na OMC, em 2001.

Finalmente, os avanços econômicos, a consagração como um dos principais (se não, o principal) ator asiático e a elevação do status internacional angariaram a confiança necessária para a China iniciar uma transição importante na sua política externa. Passou, assim, a abandonar a postura discreta dos anos anteriores e a ter uma postura mais ativa no sistema internacional, com o objetivo de não apenas influenciar, mas liderar mudanças na ordem internacional vigente.

Começou a aumentar significativamente a sua atuação nas instituições e acordos de vários níveis dos quais fazia parte, além de expandir a sua presença para aqueles em que ainda não estava inserida. Deu ênfase para a cooperação sul-sul, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos países menos favorecidos pelas políticas econômicas internacionais vigentes. Consolidou a sua presença na Ásia, mantendo seu papel proativo no aprofundamento do regionalismo na região, o que elevou de maneira bastante acelerada o grau de integração regional na Ásia (BACELETTE, 2012; SHAMBAUGH, 2020; MORTON, 2020).

Nesse momento, as evidências que apontavam para a China como próximo rival geopolítico dos EUA na disputa pela hegemonia global se comprovaram verdadeiras. O

elevado status regional e global que a China apresentava no início da primeira década do século XX passou a causar mudanças profundas na ordem mundial vigente.

4.2 AS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE OS EUA E A CHINA

Após o fim da Guerra Fria, o sistema internacional adentrou em uma nova fase sob liderança estadunidense. Hurrell (2014) destaca que a soberania dos EUA nesse novo mundo era baseada em três pilares: a expansão da influência e ideais norte-americanos para além das suas fronteiras; o completo controle e domínio do ocidente sobre os organismos e instituições multilaterais; e o fomento de uma densa rede de relações transpácificas e transatlânticas, aumentando o número de alianças e acordos de cooperação entre todas as regiões do mundo.

Como é possível perceber, os objetivos de política externa dos EUA envolviam processos de integração regional entre todas as regiões do mundo liderados pelos próprios americanos. Desse modo, espalhariam sua influência pelo globo, a modo de disseminar os ideais liberais para todas as regiões, assegurando, assim, o seu status de superpotência e líder global.

Porém, já nos anos 2000, os EUA passaram a enfrentar diversos problemas no sistema internacional que trouxeram ameaças à sua governança global. Além do surgimento de diversos grupos terroristas e movimentos antiglobalistas ao redor do mundo, alguns países fora do eixo norte global passaram a apresentar crescimento econômico relevante, que aumentaram o seu status regional e global.

Em um mundo em que os EUA e o ocidente eram favorecidos pelas novas dinâmicas do mercado e pelo modo em que se davam as relações dentro do sistema internacional, os países do sul global estavam cada vez mais insatisfeitos. Passaram a acusar as elites globais de priorizarem os seus interesses sobre os interesses dos países em desenvolvimento, ao impor regras e ideias que representavam obstáculos para a ascensão econômica dos países não pertencentes ao eixo norte global (HURRELL, 2014).

A insatisfação compartilhada pelos países do sul global e não ocidentais fez com que começassem a se unir e fomentar acordos e alianças entre si, de modo a se fortalecerem para defender os seus interesses frente às potências mundiais. Tinham o propósito de reformular a maneira com que se davam as relações entre o norte e sul global, nas quais as opiniões dos países emergentes começassem a ser ouvidas e consideradas, além de terem os seus interesses incorporados pelo sistema econômico global vigente (HURRELL, 2014).

Os líderes desse movimento eram justamente países que apresentavam desenvolvimento econômico constante e estável ao longo das últimas décadas, mas que se viam constantemente prejudicados pelo modo com que ocorriam as relações econômicas mundiais. Começaram, então, a integrar parcelas significativas das relações comerciais do mundo e a terem grande influência nas regiões que estavam inseridos. Essas foram algumas das características que elevaram o status desses países para economias em ascensão, junto com a relevância necessária para contestar o modo com que se davam as relações econômicas no mundo e representarem os interesses do sul global.

Dentre esses líderes, se encontrava a China, que entrou no século XXI determinada a trazer mudanças significativas para a ordem mundial vigente. Apesar de ter passado a adotar uma política externa mais ativa em meados dos anos 2000, foi apenas na década seguinte que houve a grande virada da política externa da China, mais especificamente com a chegada de Xi Jinping à presidência do país em 2013.

A China de Xi Jinping tinha (e ainda tem) como objetivo a defesa dos interesses chineses frente ao mundo, aumentar e fortalecer o papel do país na construção de instituições internacionais e na capacidade de moldá-las, e ter mais voz na criação de normas e leis internacionais com objetivo de trazer legitimidade a sua atuação como potência global (assim como os EUA fizeram no pós-Guerra Fria). Assim, teria potencial de influenciar mudanças no sistema econômico vigente de modo a que passe a atender os interesses dos próprios chineses, da Ásia e do sul global (MORTON, 2020).

Essa crença por parte dos chineses de que o país possuía capacidade de moldar as relações internacionais fez com o país deixasse de apenas existir de forma passiva na ordem mundial vigente e passasse a usá-la como ferramenta para propagar seus interesses, ideais e valores. Além disso, a China se via nesse momento como uma espécie de grande defensor dos países que eram prejudicados pelas relações dentro do sistema mundial corrente e entendia que tinha a responsabilidade de representar os interesses desses países frente aos EUA e ao ocidente.

Porém, o aumento da presença mais ativa da China no plano internacional foi recebida com incerteza, desconfiança e cautela pelos ocidentais. A impressionante capacidade populacional e o rápido desenvolvimento do poderio militar acendeu um sinal de alerta nos EUA, na própria Ásia, no norte global e, de certa forma, no resto do mundo. Além disso, as características ideológicas e culturais, o modelo político mais rígido e modelo econômico alternativo contrasta com o dos países que ditam a economia mundial e com própria ordem

liberal de mercado que vigorou nas últimas décadas (SHAMBAUGH, 2020; MORTON, 2020).

Em resposta a essas desconfianças, desde 2004, a China definiu como um dos seus principais pilares de política externa o chamado desenvolvimento pacífico. Esse pilar tinha como objetivo demonstrar ao mundo que o país sempre buscaria se desenvolver economicamente de maneira cooperativa e aberta, não representando ameaças ao mundo e à ordem vigente. De modo a melhorar sua imagem no sistema internacional, os chineses passaram a propagar a ideia de que a China não é um país que tem intenções de romper com a ordem internacional vigente e possui profundo respeito pelas normas internacionais, pretendendo sempre segui-las (SHAMBAUGH, 2020; MORTON, 2020; LEITE, 2018).

Dentro dessa lógica, até certo ponto, a China e os EUA mantiveram boas relações ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. As economias dos dois países nesse momento estavam altamente interligadas, tornando-os dependentes um do outro. Porém, ainda assim, o aumento da relevância internacional chinesa ameaçava cada vez mais a posição norte-americana no sistema internacional, principalmente porque a China se tornava cada vez mais o único país capaz de contrabalançar o poder dos EUA no mundo.

Além disso, na primeira década do século XXI, apesar de ainda ter forte presença na Ásia, os EUA estavam enfrentando outros desafios em outras regiões do mundo, o que acabou dividindo sua atenção e esforços. Ao longo dos anos 2000, os norte-americanos se viam cada vez mais em uma posição delicada. Os seus esforços nas intervenções no Oriente Médio e na guerra contra o terror estavam longe de atingir os efeitos esperados, além também de serem muito criticados pela comunidade internacional, principalmente devido às constantes violações de princípios que os próprios estadunidenses pregavam no mundo (HURRELL, 2014).

Também eram constantemente acusados de deixar lacunas de poder na Ásia, dando espaço para que a China ganhasse cada vez mais espaço e relevância na região. A crise financeira global de 2008, além de significar um enorme choque para a ordem liberal vigente e uma corrosão da legitimidade estadunidense como líder mundial, abriu espaço para que a China acentuasse ainda mais a sua presença na Ásia novamente, indo em socorro às economias asiáticas para minimizar os efeitos da crise.

Diante das críticas referentes à negligência relativa à Ásia, a hegemonia em queda e a ascensão da relevância chinesa, no fim dos anos 2000, os EUA realizaram reajustes importantes em seus objetivos. Com a eleição de Barack Obama em 2009, foi definido que um dos principais pilares da política externa americana nos próximos anos seria voltar os seus

olhos novamente para a Ásia-Pacífico e intensificar a sua presença na região (LIMA; CHIOZZO, 2019).

A Ásia-Pacífico é, atualmente, uma das regiões mais importantes do mundo em diversos termos (econômicos, políticos, demográficos, militares, culturais, etc) e é uma das peças principais para as relações econômicas mundiais que vêm se desenhando ao longo dos últimos anos. Como os EUA já possuem presença na região desde o século XIX, a definição da Ásia-Pacífico como pivô da política externa seria então uma continuidade da atuação americana na área, agora com o objetivo de reorganizar a sua presença, se adaptar às novas dinâmicas e expandir os seus interesses na região (AMARAL; MATTOS, 2013; LIMA; CHIOZZO, 2019). Esse novo direcionamento de política externa enfatiza que os EUA entendem que na Ásia-Pacífico se encontrava a chave para conter os avanços da China e manter o seu status hegemônico no mundo. E que essa contenção pode ser realizada através de processos de integração regional.

Tendo isso em vista, a seguir vamos analisar as disputas dos EUA e da China no continente asiático atualmente com foco em duas grandes iniciativas regionais: a Parceria Transpacífica (TPP), que tinha os EUA como liderança até o início de 2017, e a Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP), o mais recente grande acordo comercial do mundo, que possui a China como líder.

4.3 A TPP E A RCEP: UM PANORAMA RECENTE DO USO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL ASIÁTICA NAS DISPUTAS HEGEMÔNICAS ENTRE OS CHINA E A EUA

Ao longo dos últimos anos, as relações comerciais dentro do sistema internacional vêm apresentando constante evolução e aumento em sua complexidade. Os países se encontram cada vez mais interdependentes e presenciam um aumento no fluxo comercial de bens, serviços, investimentos, entre outros. Os padrões recentes das relações comerciais estão fazendo surgir novas demandas e desafios que os mecanismos multilaterais de comércio (como a OMC) não estão conseguindo acompanhar e superar de maneira eficiente (CARNEIRO, 2015).

A dificuldade dos arcabouços multilaterais em responder às transformações ocorridas no comércio internacional fez com que os países buscassem outros espaços e alternativas de negociações comerciais, que atendessem às suas demandas e respondessem aos desafios do novo mundo de maneira rápida e eficiente. Uma dessas alternativas foi o surgimento de iniciativas para a criação de grandes acordos regionais por parte de vários países do mundo,

que deram início a uma forma contemporânea de os países se relacionarem comercialmente no plano internacional (CARNEIRO, 2015). Entre esses megacordos, traremos destaque à TPP e à RCEP por dois motivos: devido ao protagonismo estadunidense em uma e ao protagonismo chinês em outra, e aos planos dos dois grandes acordos (e conseqüentemente das duas nações protagonistas) para a região asiática.

A TPP possui sua origem em 2002, quando iniciaram as negociações para a criação do Acordo de Parceria Econômica Estratégica Transpacífica (TPSEP ou P4) por parte da Nova Zelândia, Chile e Cingapura. Com a entrada de Brunei, o acordo foi finalmente criado em 2005 e iniciou as suas atividades em 2006. Nesse momento, os EUA, que estavam voltando a se engajar na Ásia-Pacífico e, em 2008, através do Office of the United States Trade Representative (USTR), anunciaram o início das negociações para ingressar na P4. Durante as negociações, os americanos ainda manifestaram o interesse de outros países em aderir à iniciativa, que significaria uma ampliação da mesma em torno de toda região do Pacífico, aumentando, assim, o grau de integração da região (AGGARWAL; KOO, 2014; CARNEIRO, 2015).

Entre 2008 e 2015, houve diversas reuniões entre os Estados-membros, que, além de discutir os rumos da já denominada TPP, definiam também a entrada de novos membros. Ainda em 2008, Austrália, Peru e Vietnã ingressaram na parceria e, em 2010, houve a entrada da Malásia. Já em 2012, o Canadá e o México aderiram à iniciativa e, em 2013, houve a entrada do Japão. Apesar de os EUA terem assumido a frente da parceria desde o início das negociações em 2008, foi apenas em 2015 que formalizaram o seu ingresso na iniciativa. Em 2013, a TPP abrangia um total de 12 países, que representavam cerca de 40% da economia mundial (AGGARWAL; KOO, 2014; CARNEIRO, 2015; EXAME, 2018). Na Figura 1, é possível conferir os países-membros da TPP até 2017.

FIGURA 1 - Mapa com países-membros da TPP até 2017



Fonte: ECONOMIA SEM SEGREDOS (2015).

Desde o princípio, a TPP foi criada com o objetivo de facilitar o fluxo de comércio e investimento entre os Estados-membros, através da remoção de obstáculos e barreiras, além do estabelecimento de arcabouço legal para a atuação comercial desses países. Ao longo dos anos, esse objetivo foi se expandindo para a promoção da integração econômica regional na Ásia-Pacífico que poderia desembocar na criação de uma Área de Livre Comércio na Ásia-Pacífico (FTAAP) entre os membros. Esse objetivo, até então, era apenas da APEC, que vem enfrentando diversos obstáculos para atingi-lo desde a sua criação (MATTOS; AMARAL, 2013; CARNEIRO, 2015).

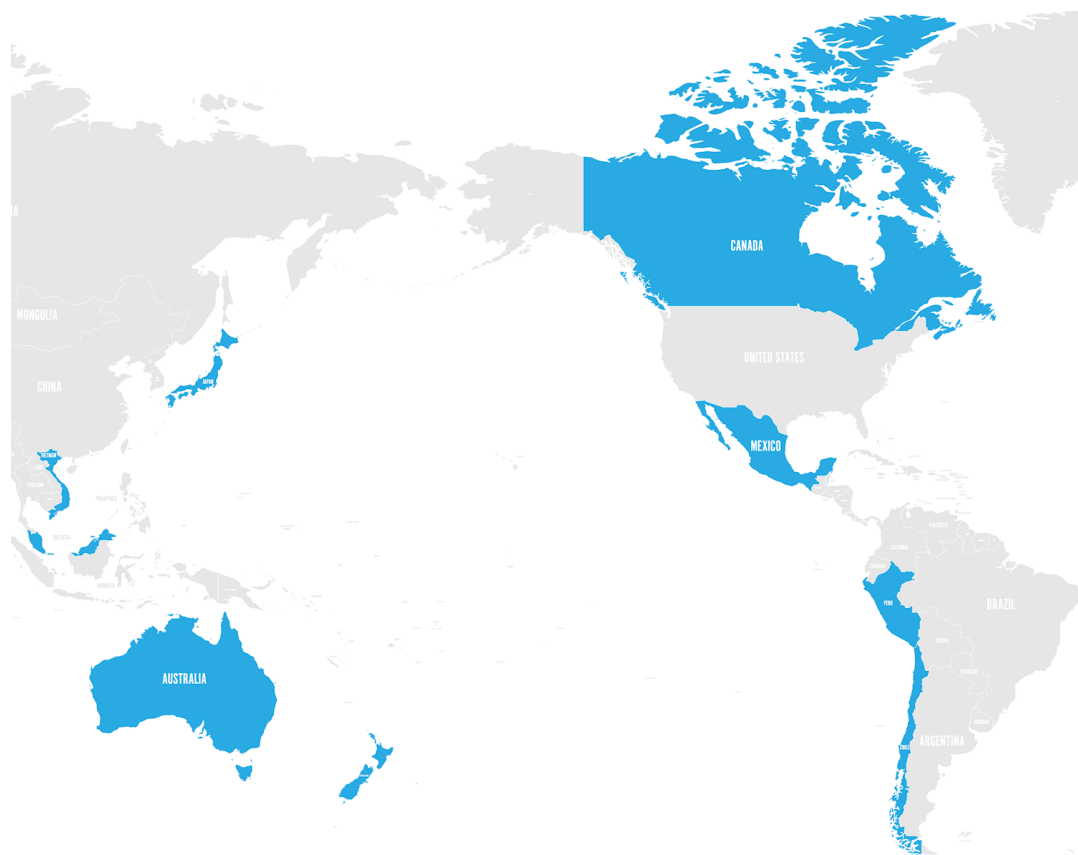
Além dos objetivos compartilhados por todos os membros, havia um objetivo particular dos EUA. Com a ascensão chinesa e a volta do engajamento dos EUA na Ásia-Pacífico, muitos analistas afirmam que os americanos vêem a TPP como ferramenta para frear o avanço econômico e aumento da relevância regional chinesa na região. Através do grande acordo, diminuiria a influência da China em sua região natural, rumando o país para uma espécie de isolamento. Obama chegou a afirmar em um de seus discursos que sem a existência da TPP, a China, que não compartilha dos valores ocidentais, passaria a ditar os rumos da economia internacional (G1, 2015).

Através da TPP e de vários outros movimentos de integração regional, os EUA acentuaram a sua presença na Ásia e passaram a buscar contrabalançar a influência chinesa de maneira mais eficiente. A TPP se demonstrava cada vez mais promissora e mantinha seu status de um dos arranjos comerciais mais importantes do mundo, capaz de trazer mudanças profundas para as relações comerciais do mundo. Porém, com uma grande virada em sua política externa, os EUA se retiraram do acordo em 2017.

Em 2016, houve a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA. Desde os discursos durante a campanha eleitoral, Trump já dava indicações de como seria a política externa americana em seu governo. Possuía uma postura isolacionista e criticava veemente a proposta do estabelecimento do acordo de livre comércio da TPP, além de defender que a TPP era uma ameaça aos trabalhadores norte-americanos e ao comércio doméstico. Com o slogan "*America First*", mantinha uma retórica de que os EUA deveriam ser a prioridade das políticas de governo, inclusive na política externa. O futuro presidente já informava que, se eleito, retiraria os EUA do TPP (THE WASHINGTON TIME, 2016).

A TPP continuou a existir sob uma nova fórmula. Sem os EUA, os demais membros se reuniram e realizaram uma reformulação do acordo, retirando algumas condições e regras que foram impostas pelos próprios EUA. O acordo foi renomeado para Acordo Progressivo e Abrangente para a Parceria Transpácífica (CPTPP) e agora representa cerca de 13,5% da economia mundial (EXAME, 2018). Na Figura 2, é possível observar os atuais países-membros da CPTPP.

FIGURA 2 - Mapa com países-membros da CPTPP



Fonte: MINISTRY OF ECONOMIC AFFAIRS BUREAU OF FOREIGN TRADE (2023).

A retirada dos EUA da TPP fez com que o país perdesse não apenas a participação, mas a liderança em um dos acordos comerciais mais importantes atualmente. Esse movimento, junto à postura anti-globalista dos EUA no governo Trump, retraiu novamente a presença do país na Ásia-Pacífico. Nesse momento, os EUA recuaram, paradoxalmente, no seu objetivo de conter os avanços chineses.

A saída estadunidense da TPP torna-se ainda mais significativa ao lembrarmos que os chineses tinham o seu próprio grande acordo econômico regional em negociação. A RCEP estava ainda em processo de negociação quando os EUA anunciaram a saída da TPP. Schimanski (2021) afirma que, após os EUA saírem da parceria, a China viu seus interesses renovados para dar andamento às negociações. Nesse momento, a RCEP era a oportunidade perfeita para que a China passasse a ditar a agenda comercial na região sem a presença dos EUA.

A RCEP foi estabelecida em novembro de 2020, após cerca de oito anos de negociações, e já possui o status de maior acordo de integração econômica regional existente. Possui como membros os países pertencentes à ASEAN, além de Austrália, Japão, Nova

Zelândia, Coréia do Sul e China. O acordo iria ainda abranger a Índia, que participou das negociações até 2019, mas preferiu não seguir com a RCEP.

Os objetivos da RCEP, assim como a TPP, são a remoção de barreiras e obstáculos que impedem a liberalização econômico-comercial entre os países-membros, além da confecção de um arcabouço normativo que uniformizem as regras de negociação. Prevê que, dessa maneira, estimule o avanço da integração econômica regional na Ásia-Pacífico, assumindo os compromissos de agir em prol da facilitação comercial e do fluxo de investimento na região. Os membros da parceria, juntos, representam quase 1/3 da população mundial e cerca de 30% do PIB mundial, tornando a RCEP o maior bloco comercial do mundo (SCHIMANSKI, 2021; EXAME, 2023). Na Figura 3, é possível observar os membros da RCEP na cor verde.

FIGURA 3 - Mapa com países-membros da RCEP



Fonte: WIKIPÉDIA (2022).

As raízes para a criação da RCEP estão na ASEAN, que começou a discutir a ideia em 2012. Na reunião de cúpula do ano anterior, a ASEAN afirmou o seu compromisso em

promover relações econômico-comerciais de maneira aberta, livre e transparente, tanto entre os próprios membros quanto com países de fora da organização que possuíam grande importância econômica na Ásia (SCHIMANSKI, 2021).

Enquanto as negociações da RCEP estavam em andamento, a ASEAN e a China observavam os avanços da TPP e estavam cientes dos interesses por trás do interesse estadunidense em não ter os chineses como membros da parceria. Porém, na defesa do regionalismo aberto e no reconhecimento da importância dos chineses (e outros grandes atores) para a Ásia, os membros da ASEAN utilizaram a RCEP para se aproximar da China, Índia, Nova Zelândia, Austrália, Japão e Coreia do Sul (SCHIMANSKI, 2021).

O estabelecimento da RCEP trouxe algumas mudanças significativas para a integração regional asiática. A parceria é o primeiro acordo comercial assinado entre China, Japão e Coreia do Sul, países que possuem em seu histórico de relacionamento anos de desavenças e também várias tentativas de criação de acordos comerciais entre si (acordos esses que não avançaram em suas negociações por diversos motivos, como a própria oposição estadunidense). Com a assinatura da RCEP e a aproximação histórica entre China, Japão e Coreia do Sul, esse momento marca a maior conquista dos esforços de integração econômica no Leste Asiático (SCHIMANSKI, 2021).

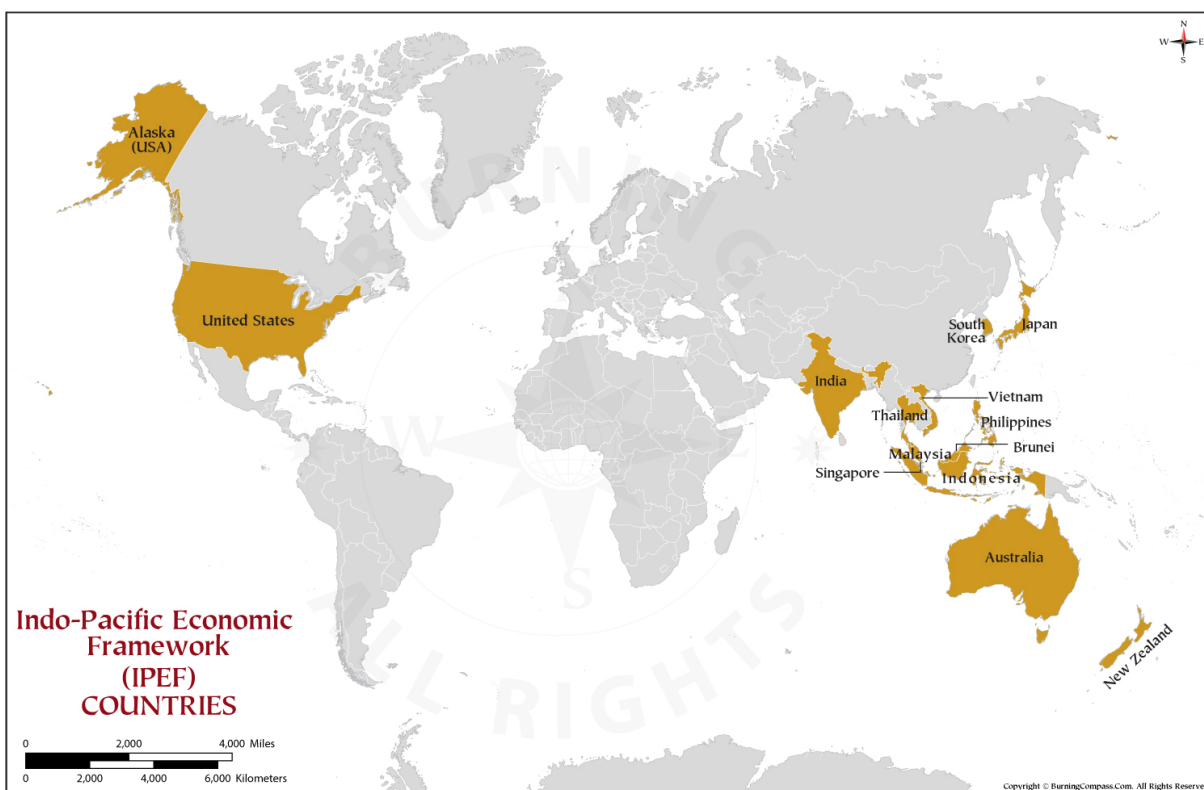
Olhando pelo ponto de vista da China, a RCEP significa maior proximidade com seus vizinhos, além da sua participação em seu primeiro grande acordo comercial na região de maior potencial do mundo (SCHIMANSKI, 2021). A maioria dos acordos dessa escala que estavam sendo propostos ou vigentes nessa época (como a própria TPP) tinham os EUA como líder ou membro e estrategicamente não possuíam a China como participante. A participação da China na RCEP significa uma contra-ofensiva aos planos de aumento de influência e relevância dos americanos na Ásia-Pacífico.

Isso era justamente o que o ex-presidente Obama estava tentando evitar ao definir a Ásia-Pacífico como foco da política externa americana em seu governo. Trump, sua visão antichinesa e posição isolacionista deram forças para o estabelecimento da RCEP e o fortalecimento da posição da China na Ásia-Pacífico.

Atualmente, os EUA estão tentando retomar sua presença ativa na Ásia-Pacífico. Com a chegada de Joe Biden à presidência dos EUA, houve o anúncio de que um dos objetivos do novo governo é resgatar a política externa americana. Um dos importantes avanços dessa retomada foi o início das negociações da Estrutura Econômica Indo-Pacífica para Prosperidade (IPEF) em 2022 (USTR, 2022; EXAME, 2023).

Os objetivos da IPEF serão promover e facilitar o comércio entre os 14 países que estão participando das negociações, que são EUA, Austrália, Brunei, Fiji, Índia, Indonésia, Japão, Coréia do Sul, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã. Se estabelecida, o arranjo comercial indo-pacífico representará cerca de 40% do PIB global e 28% do comércio de bens e serviços do mundo (USTR, 2022). Na Figura 4, os países em negociação para a criação da IPEF estão representados na cor amarela.

FIGURA 4 - Mapa com países que estão em negociação para a criação da IPEF



Fonte: BURNING COMPASS (2023).

As negociações da IPEF são um avanço significativo na tentativa da retomada da posição americana em promover integração econômica na Ásia-Pacífico. A IPEF vai além da TPP e da RCEP, com a possibilidade de ter a Índia como membro, e se caso for estabelecida, ultrapassará a RCEP liderada pela China e se tornará o maior bloco econômico do mundo, liderado pelos EUA. A recém-estabelecida RCEP e a provável criação da IPEF possuem elementos necessários para representar um novo capítulo das disputas dos EUA e da China na Ásia-Pacífico.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, buscamos investigar o modo como a integração regional asiática é utilizada como ferramenta por parte dos EUA e da China para a manutenção do seu poder global. A partir dessa premissa, iniciamos o trabalho explorando os avanços do regionalismo na segunda metade do século XX. Compreendemos que os movimentos de integração regional, que deram origem às três ondas do regionalismo, foram impulsionados pelas novas dinâmicas e desafios que se apresentaram no sistema internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. As nações passaram a promover vários movimentos de integração regional, que abrangiam vários escopos e níveis de institucionalidade, contribuindo assim para que pudessem superar os desafios enfrentados tanto em grupo, quanto individualmente, além de transformar a geopolítica global de maneira profunda, dando origem ao mundo altamente integrado que conhecemos hoje.

Ao observarmos o histórico das três ondas do regionalismo, entendemos que cada região desenvolveu seus processos de integração regional da sua maneira. E, é a partir desse entendimento, que partimos para o capítulo seguinte com foco na Ásia e em como a região testemunhou um aprofundamento significativo da sua integração regional no fim do século XX, principalmente impulsionada por duas crises financeiras (uma em âmbito regional e outra em âmbito global) que atingiram gravemente a região. A China, de modo a amortecer o máximo possível os efeitos negativos dos dois eventos, tomou a dianteira do processo de integração regional na Ásia e realizou vários movimentos para tornar as respostas às crises eficientes.

Nesse momento, presenciamos a integração regional causando mudanças importantes na dinâmica asiática. Além da região apresentar um nível de interdependência nunca antes testemunhado, possuía a China como uma espécie de líder do processo, e conseqüentemente, da região. O estabelecimento da China como um dos principais atores da Ásia, juntamente a sua ascensão econômica e aumento da sua capacidade geopolítica, estabeleceu de vez o país como o único capaz de disputar com os EUA o poder de ditar o mundo.

Partindo do ponto principal deste trabalho, compreendemos que os EUA entendem que uma das maneiras mais eficientes em aumentar a sua influência e presença na Ásia, de modo a assegurar o seu status global, é através da integração regional. Essa estratégia já vem sendo praticada pelos norte-americanos na Ásia desde a Segunda Guerra Mundial. Já na Guerra Fria, precisaram aprofundar a sua presença na região à medida que o conflito geopolítico e ideológico com a URSS avançava. E foi através de processos de integração

regional, que os EUA, de forma direta e indireta, contribuíram para a escalada chinesa rumo ao desenvolvimento econômico, que por sua vez, foi grande responsável por tornar a China um dos atores internacionais mais relevantes atualmente. O estabelecimento das relações com os chineses, por um lado, representou o ganho de um importante aliado contra a URSS e aumentou a presença norte-americana na Ásia em um período crucial, mas por outro, contribuiu para a construção daquele que seria o seu principal rival no futuro.

Avançando na discussão para chegarmos na disputa hegemônica vigente, constatamos que os EUA e a China continuam utilizando da criação e aprofundamento de arranjos que promovem integração regional, com o objetivo de manter sua relevância nas regiões e conter o avanço do rival. O principal alvo dos dois países é a Ásia (mais especificamente, a Ásia-Pacífico), que possui alta capacidade populacional, apresenta uma diversidade de oportunidades econômicas, geopolíticas, culturais etc, que a consagra como uma das regiões mais importantes do mundo. Devido a sua alta relevância, o “controle” sobre a região é fundamental para aqueles que querem ditar a ordem mundial. E é por esses motivos que a Ásia foi e continua sendo o principal palco de disputas de poder.

A modo de trazer mais força para o argumento principal dessa discussão, a parte final do trabalho é dedicada para falar sobre a TPP e a RCEP, dois dos mais importantes acordos comerciais regionais vigentes. Ambos arranjos possuem o mesmo objetivo: promover integração comercial regional na Ásia-Pacífico. A TPP, até 2017, era o arranjo de integração regional liderado pelos EUA, e a RCEP, é o arranjo de integração regional liderado pela China. O objetivo por trás da atuação ativa dos EUA e China em seus respectivos acordos comerciais regionais é o mesmo: ser o principal ator que promove integração regional na Ásia-Pacífico, aumentando o seu status e relevância econômica e geopolítica na região, assegurando o seu status global e contendo o avanço do rival geopolítico. Como dito anteriormente, aquele que possui “controle” de uma das regiões mais promissoras do mundo, dispara nessa disputa.

Uma atualização mais recente dessa disputa é que os EUA se retiraram da TPP em 2017, devido a postura mais isolacionista da sua política externa, que era liderada por Donald Trump. Após a saída dos EUA da TPP, a RCEP (mais precisamente, a China) ganhou mais fôlego em sua proposta devido às lacunas de poder na Ásia-Pacífico deixadas pelos EUA. Porém, após a eleição de Biden, rapidamente os EUA retomaram a sua política externa voltada para a região. Sem a TPP, passou a construir o seu novo grande projeto de integração comercial voltada para a Ásia-Pacífico, a IPEF.

A partir de todas as informações e discussões levantadas neste trabalho, é possível concluir que a integração regional sempre possuiu capacidade para transformar os rumos do mundo. Foi a responsável por colaborar para que os EUA superassem a URSS, depois foi utilizada para expandir e firmar a nova ordem mundial liderada pelos ideais norte-americanos. Por outro lado, ela também contribuiu para o crescimento econômico chinês e foi através dela, que a China se consagrou um dos principais atores asiáticos. Por fim, foi ela que trouxe os EUA e a China para as posições antagônicas que ocupam hoje no cenário internacional e será através dela, principalmente o uso dela na Ásia-Pacífico, que os resultados das disputas de poder, e o futuro do mundo, serão desenhados.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Gabriela Granço do; MATTOS, Thais Caroline Lacerda. A Parceria Trans-Pacífica Como Uma Estratégia de Contenção da China. **Revista Aurora**, Marília, v. 7, n. 1, jul-dez, 2013, p. 111-134.
- AGGARWAL, Vinod K.; KOO, Min Gyo. Trade Institutions in Asia. PEKKANEN, Saadia M.; RAVENHILL, John; FOOT, Rosemary (Eds.). **The Oxford Handbook of The International Relations of Asia**. New York: Oxford University Press, 2014, p. 703-718.
- BACELETTE, Ricardo. Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Brasília, 2012.
- BBC. Como o RCEP, o maior tratado de livre-comércio do mundo, afeta o Brasil e a América Latina. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/18/como-o-rcep-o-maior-tratado-de-livre-comercio-do-mundo-afeta-o-brasil-e-a-america-latina.ghtml>>. Acesso em: 09 de jun. 2023.
- BEST, Edward; CHRISTIANSEN, Thomas. Regionalism in International Affairs. JOHN, Baylis; STEVE, Smith; PATRICIA, Owens (Eds.). **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. 5. ed. New York: Oxford University Press, 2011. p. 428-441.
- BURNING COMPASS. **IPEF Countries Map HD**. c2023. Disponível em: <<https://www.burningcompass.com/country-groupings/ipef/ipef-countries-map-hd.html>>. Acesso em: 16 de jun. 2023.
- CARNEIRO, Flávio Lyrio. Parceria Trans-Pacífico: um acordo megarregional na fronteira da regulação do comércio internacional? **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, 2015.
- CARPENTER, Theresa. A historical perspective on regionalism. BALDWIN, Richard; LOW, Patrick (Eds.). **Multilateralizing Regionalism - Challenges for the Global Trading System**. World Trade Organization, Geneva: Cambridge University Press, 2009, p. 13-27.
- FERREIRA, Daniel. **Economia sem segredo**. Transpacífico - O que é? Para que serve?. 2015. Disponível em: <<https://economiasemsegredos.com/transpacifico-acordo/>> Acesso em: 16 de jun. 2023.
- ESTADÃO conteúdo. EUA faz acordo com 13 países da Ásia/Pacífico para cooperar em cadeiras de produção. Mundo. **Exame**, 2023. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/eua-faz-acordo-com-13-paises-da-asia-pacifico-para-cooperar-em-cadeiras-de-producao/>>. Acesso em: 10 de jun. 2023.
- EUA. Office of the United States Trade Representative. **Indo-Pacific Economic Framework for Prosperity (IPEF)**. Washington, DC. 2022. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/agreements-under-negotiation/indo-pacific-economic-framework-prosperity-ipef>>. Acesso em: 16 de jun. 2023.

FLECK, Roberto Jacob. **A Emergência do Novo Regionalismo nas Relações Internacionais Comerciais e Financeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Relações Internacionais, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/40297>>. Acesso: 13 de mai. 2023.

FRANCE Press. Obama diz que sem TPP China decretará regras do comércio mundial. *Economia*. **G1**, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/obama-diz-que-sem-tpp-china-decretara-regras-do-comercio-mundial.html>>. Acesso em: 08 de jun. 2023.

G1. Trump assina decreto para retirar EUA de acordo com países do pacífico. *Economia*. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/trump-assina-ordem-para-retirar-eua-da-parceria-transpacifico.ghtml>>. Acesso em: 08 de jun. 2023.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jan-jun 1995, p. 23-59.

HURRELL, Andrew. Rising powers and the emerging global order. JOHN, Baylis; STEVE, Smith; PATRICIA, Owens. **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2014, p. 80-94.

LEITE, Lucas; MAGNOTTA, Fernanda. Em Dupla e Com Consulta. **Tudo Sobre a China**. YouTube, 03 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=u9yURlpelS4>>. Acesso em: 17 de mai. 2023.

LIMA, Leticia Cordeiro Simões de Moraes; CHIOZZO, Vitor Deccache. Pivot para a Ásia: uma análise de política externa dos EUA e o seu legado. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 26, nov. 2019, p. 24-36.

MILLER, S. A. Donald Trump vows to cancel Trans-Pacific Partnership as president, puts NAFTA on notice. **The Washington Times**, 2016. Disponível em: <<https://www.washingtontimes.com/news/2016/jun/28/donald-trump-vows-to-cancel-trans-pacific-partners/>>. Acesso em: 08 de jun. 2023.

MORTON, Katherine. China's Global Governance Interactions. SHAMBAUGH, David. **China and the World**. New York: Oxford University Press, 2020, p. 156-180.

REDAÇÃO exame. 11 países assinam novo acordo do TPP, após saída de Trump. *Economia*. **Exame**, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/economia/11-homens-e-um-acordo-a-assinatura-do-tpp-sem-trump/>>. Acesso em: 08 de jun. 2023.

SCHIMANSKI, Silvana. Integração econômica regional: Um olhar sobre a Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP). **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, jan-jun, 2021, p. 58-71.

SHAMBAUGH, David. China's Long March to Global Power. SHAMBAUGH, David. **China and the World**. New York: Oxford University Press, 2020, p. 3-21.

TAIWAN. Ministry of Economic Affairs Bureau of Foreign Trade. **Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP)**. Taipei. 2023. Disponível em: <<https://www.trade.gov.tw/english/Pages/Detail.aspx?nodeID=4642&pid=743769>>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

WIKIPÉDIA. Parceria Regional Econômica Abrangente. c2022. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parceria_Regional_Econ%C3%B4mica_Abrangente>. Acesso em: 16 de jun. 2023.